



PREFEITURA MUNICIPAL
CORREGO DO OURO
 ADMINISTRANDO COM TRANSPARÊNCIA E SÉRIEIDADE.
 ADM. 2017/2020

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
 Certifico para os devidos fins que publiquei uma via deste no
 "placard" - Local de Publicação dos Atos Administrativos da
 Prefeitura Municipal de Corrego do Ouro, de 28/09/2018.
 Tipo de Atos: Dispensa de Licitação nº 054/2018
 Corrego do Ouro - GO, 28/09/2018. Horário: 15h
 Responsável pela Publicação: *[Assinatura]*

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
 CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA AMBIENTAL**

CONTRATO Nº. 054/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E
 ASSESSORIA TÉCNICA QUE ENTRE SI FAZEM O
 MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO OURO E BIO CERRADO
 CONSULTORIA MUNICIPAL LTDA, NA FORMA QUE
 SEGUE.

DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO OURO, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 17609564/0001-29, sediado à Praça do Cordeiro, nº 40 - Centro, Corrego do Ouro, Estado de Goiás, neste ato representado pelo atual Prefeito Municipal, Sr. **Murilo Cesar da Silva**, Brasileiro, Casado, Agente Político, inscrito no CPF-MF sob o nº 307.103.831-34, portador da Carteira de Identidade nº 15007707 – SSP GO, residente e domiciliado neste município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: BIO CERRADO CONSULTORIA MUNICIPAL LTDA, CNPJ: 19.475.588/0001-68, representando pelo senhor: PALMÉRIO HENRIQUE FIGUEIRA DE CASTRO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4.104.675 2ª Via DGPC/GO e inscrito no CPF nº 700.162.671-68, residente e domiciliado na Rua R 113-A, N. 53, QD. F-35, LT. 01 SALA 03 – Setor Sul, Goiânia – GO. Doravante denominada **CONTRATADO**.

FUNDAMENTO: Este contrato decorre do Processo nº **1869/2018 - Dispensa de Licitação nº 011/2018**, de 14/08/2018, de acordo com o art. 24, inciso II, Da Lei Federal nº 8.666/93 em sua redação vigente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O presente termo tem por objeto a prestação de serviços assessoria e consultoria técnica junto a secretaria do Meio Ambiente, orientação e manutenção da inserção do município nas receitas oriundas do ICMS ecológico, conforme a linha a I constantes do inciso I, § UNICO ART. 4 DA LC ESTADUAL Nº 90/2011.



PREFEITURA MUNICIPAL
CÓRREGO DO OURO
ADMINISTRANDO COM TRANSPARÊNCIA E SERIEDADE.
ADM. 2017/2020

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços ora contratados referidos na cláusula primeira serão executados pelo **CONTRATADO** nos locais especificados pelos setores requisitantes, por pessoas que fazem parte de seu quadro de funcionários.

Parágrafo Primeiro – O **CONTRATADO** obrigará-se a observar rigidamente os princípios e normas técnicas que regem a legislação vigente para tal.

Parágrafo Segundo – O **CONTRATADO** é responsável Advogado PALMÉRIO HENRIQUE FIGUEIRA DE CASTRO, INSCRITO NO OAB Nº 42074.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES CONTRATADOS:

O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a importância global **R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)** a ser pago em **04 (QUATRO)** parcelas iguais e sucessivas na importância **R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)**. Cada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrada da Nota fiscal atestada pelo setor de recebimento da Secretária de Administração e competente liquidação da despesa, na Tesouraria da Contratante; ficando a liberação do pagamento condicionada à regularidade do fornecedor perante o INSS e FGTS.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência da data de sua celebração até 31 de dezembro de 2018, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no placard da prefeitura do Município, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO:

À parte que pretender a rescisão contratual, independentemente de infração às suas cláusulas, para que não haja prejuízo ao município com a interrupção das atividades ora contratada, deverá notificar sua intenção por escrito com prazo mínimo de 5 dias, a partir da data da entrega do aviso. Se a notificação for dada pelo **CONTRATADO**, esta deverá entregar os



PREFEITURA MUNICIPAL
CÓRREGO DO OURO
ADMINISTRANDO COM TRANSPARÊNCIA E SÉRIEIDADE.
ADM. 2017/2020

pedidos já iniciados recebendo o pagamento dos produtos que lhe forem devidos, conforme condição prevista neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:

É de responsabilidade exclusiva e integral do **CONTRATADO**, todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução objeto deste contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do **CONTRATANTE**;

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - Do Regime Jurídico

O Regime Jurídico do presente Contrato, estabelecido pelo art. 58, e seus incisos, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, conferem a **ADMINISTRAÇÃO** a prerrogativa de:

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a sua vigência o contrato será acompanhado e fiscalizado pelo **Responsável Secretária de Meio Ambiente**, na pessoa designada para tal, representando o **CONTRATANTE**.

Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;

Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL
CÓRREGO DO OURO
ADMINISTRANDO COM TRANSPARÊNCIA E SÉRIEIDADE.
ADM. 2017/2020

O custeio deste contrato corre a cargo de verba específica consignada no Orçamento vigente, na dotação orçamentária nº 18.541.1832.2.025 – 3.3.90.39.00 – **Serviços Técnicos Profissional de Consultoria e Assessoria Técnica Ambiental.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

No interesse da Administração do **CONTRATANTE**, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Corrego do Ouro, pelo prazo de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor, em especial:

Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, na entrega do objeto licitado, contado a partir do prazo final da solicitação de entrega dos equipamentos que será no máximo de 30 dias, encaminhada pela Administração.

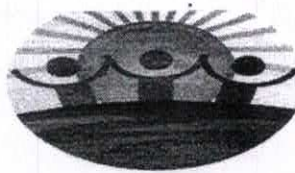
Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da aquisição, quando decorridos 30 dias, ou mais, de atraso.

A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.

Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativas, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração autárquica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FÓRUM:



PREFEITURA MUNICIPAL
CÓRREGO DO OURO

ADMINISTRANDO COM TRANSPARÊNCIA E SÉRIEIDADE.
ADM. 2017/2020

Ficam eleitos, para dirimir os litígios decorrentes do presente contrato, o Fórum da Comarca de Sanclerlândia, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justo e contratado, as partes firmam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Córrego do Ouro, 28 de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO OURO
MURILO CESAR DA SILVA
PREFEITO
CONTRATANTE

Murilo César da Silva
Prefeito Municipal
Adm.: 2017-2020
CÓRREGO DO OURO-GO

BIO CERRADO CONSULTORIA MUNICIPAL LTDA
CNPJ: 19.475.588/0001-68
CONTRATADA.
PALMÉRIO HENRIQUE FIGUEIRA DE CASTRO
REP. LEGAL.

TESTEMUNHAS:

01 Fabio Magalhães
Nome:
CPF: 015.857.141.00

02 Rosivaldo Rodrigues de Sousa
Nome:
CPF: 030.891.041-99